



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO SAMF/AC/Nº 11/2014

MJ DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POL. FEDERAL EM CRUZ DO SUL

Recebido em 09/10/2015

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADAS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO ACRE - SAMF/AC, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI - EPP.

Aos trinta e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze (31/12/2014), na sede da Superintendência de Administração do MF/AC, situada na Rua Benjamin Constant, nº 1088, Cadeia Velha, Rio Branco-AC, de um lado, a União, por intermédio da Superintendência de Administração do MF/AC, inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0428-12, neste ato representada pela **Sra. Francisca Oliveira da Silva**, Agente Administrativo, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 54/2013/SAMF/AC, de 27 de maio de 2013, publicada no BS de 27 de maio de 2013, ora designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa Inviacre Segurança Ltda Eireli - EPP, CNPJ nº 07134755/0001-28, estabelecida na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, na Rua Djalma Dutra, nº 1301, Bairro 25 de Agosto, CEP 69980-000, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado pelo **Sr. Joaz Soares de Oliveira**, CPF nº 219740552-72, portador da Cédula de Identidade nº 332.607, expedida por SESP/RO, em conformidade com o Contrato Social da empresa, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Acre, "ex-vi" do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, autorizado, por despacho, pela Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Acre, e em conformidade com o disposto no art. 61, da Lei nº 8.666/1993, e exarado nos autos do processo licitatório nº 10293000824/2014-07, este Termo de Contrato, que se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 07, de 24 de agosto de 2012, em conformidade com o estipulado no **Edital do Pregão Eletrônico SAMF/AC nº 07/2014** e seus anexos, nas demais normas legais aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento de contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de mão de obra terceirizada na prestação dos serviços especializados e continuados de vigilância e segurança armada, para os imóveis da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre, localizados em Rio Branco/AC, com fornecimento de toda a mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos,



conforme detalhamento constante no Termo de Referência (Anexo I), Limites Máximos Estabelecidos pela Portaria **SLTI/MPOG** n° 49/2014 (Anexo II), Planilha de Custos e Formação e Composição dos Preços (Anexo III), Formulário de Proposta de Preços e Composição de Custos (Anexo IV), Formulário Para Apresentação da Proposta de Preços, Declaração de contratos Firmados com Iniciativa Privada e Administração Pública (Anexo V) e, Minuta de Contrato (Anexo VI), constantes deste Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS LOCALIDADES E QUANTITATIVOS - Os serviços serão prestados nas localidades, quantitativos e nos endereços constantes nos subitens **2.1** e **2.2** do edital da modalidade Pregão na forma Eletrônica n° 07/2014, conforme abaixo:

Tipo Posto	Quantidade Por Posto	Local/Rio Branco-AC
12x36 - diurno (de segunda a domingo)	2	Edifício Sede SAMF/AC e Arquivo/Almoxarifado/SAMF/AC
12x36 - noturno (de segunda a domingo)	2	Edifício Sede SAMF/AC e Arquivo/Almoxarifado/SAMF/AC
Total 4		

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o processo n° 10293000824/2014-07, do Ministério da Fazenda, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem:

- a) Pregão na forma Eletrônica n° 07/2014, e seus anexos.
- b) Documentos de habilitação apresentado pela Contratada e dirigida à Contratante, em 31/12/2014;
- c) Proposta escrita e os lances, se houver, registrados em ata;
- d) Orçamento discriminativo dos serviços;
- e) Outras peças (*documentos*) importantes ou relevantes, todos assinados e/ou rubricados pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DA LICITAÇÃO - Os serviços ora contratados foram objeto de Licitação sob a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, de acordo com o disposto no Capítulo II, do **Edital/SAMF/AC** n° 07/2014, constante às fls. 158 a 199 do Processo n° 10293000824/2014-07, mencionado na alínea "a" do Parágrafo Segundo desta Cláusula, cujo aviso foi publicado na Seção III, do Diário Oficial da União e no sítio "www.comprasgovernamentais.gov.br"

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - A vigência do contrato iniciar-se-á na zero hora (00:00) do dia 01/01/2015, *concomitantemente* com a execução dos serviços, e será de doze (12) meses, podendo ser prorrogado até quarenta e oito (48) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA PRORROGAÇÃO - Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetive a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei n° 8.666/93 (art. 30-A, IN/SLTI/SLTI/MPOG n° 02/2008).

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA NEGOCIAÇÃO CONTRATUAL - Quando da prorrogação contratual, o órgão ou entidade contratante deverá realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano de contratação, sob pena de não renovação do contrato (art. 30-A, § 1°, inciso II, IN/SLTI/MPOG n° 02/2008).



PARÁGRAFO TERCEIRO – DA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO – A data de início dos serviços foi estipulada em razão do interesse público, da conveniência da Administração e da eventual necessidade de prazos para desmobilização da empresa que atualmente presta os serviços e mobilização da Contratada que não poderá ultrapassar o previamente estipulado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – A Contratante obriga-se a:

- I – proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- II – prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- III – atestar, por intermédio dos funcionários previamente indicados, nos documentos apresentados pela Contratada, a execução dos serviços;
- IV – efetuar o(s) pagamento(s) devido(s);
- V – exercer o controle, acompanhamento e fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas.
- VI – manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.
- VII – aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem cabíveis e necessárias.
- VIII – cumprir rigorosamente as orientações da Contratada, no tocante à segurança.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Fica a contratante desde já autorizada a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis (PARECER PGFN/CJU/COJLC n° 1026/2010), além do necessário e indispensável fornecimento da mão de obra, especializada e com dedicação exclusiva para a perfeita e eficaz produtividade na execução dos serviços de vigilância e segurança armada, nos imóveis da **SAMF/AC**, resultantes da aplicação da Lei n° 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, são, entre outras, obrigações da Contratada:

- I – Cumprir *todas* as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial o contido no Anexo I.
- II – Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação por ocasião da contratação.
- III – Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- IV – Selecionar e preparar rigorosamente os empregados com habilitação e capacitação que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- V – Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as normas contidas neste documento e Plano de Trabalho, dando andamento conveniente aos serviços;
- VI – Efetuar os serviços de vigilância ativa, através de vigilantes profissionalmente capacitados, com número de postos de serviço e quantidades de horas indicados na Cláusula Primeira deste Contrato, mesmo quando em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência.



VII – Ocorrendo mudanças de locais na vigência do contrato, ficará a Contratada obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área de jurisdição da Superintendência de Administração do **MF/AC**.

VIII – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato.

IX – Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetua-los de acordo com as especificações constantes da proposta e instruções do instrumento convocatório e seus anexos.

X – Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços.

XI – Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados através de turnos e tabelas indicados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.

XII – Fornecer e utilizar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra especializada, com a devida habilitação, adequadamente selecionada.

XIII – Manter reserva com número suficiente de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, impedimentos, ou mesmo acréscimo de quantitativos necessários a execução dos serviços.

XIV – Proceder ao atendimento extraordinário, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista.

XV – Comprovar que, no mínimo, trinta por cento (**30%**) do total de cada tipo posto de serviço, tenham conhecimento de técnicas de combate a incêndio através de curso de prevenção de incêndios.

XVI – Fornecer vale-transporte e auxílio alimentação aos seus empregados de acordo com a devida legislação.

XVII – Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista. Fica expressamente esclarecido que o inadimplemento pela contratada de suas obrigações trabalhistas ensejará rescisão contratual, sem prejuízo da imposição de multa e demais sanções eventualmente cabíveis, caso a contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente.

XVIII – Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

XIX – Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos postos de serviço relacionados na Cláusula Primeira deste Contrato e nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto de serviço conforme o estabelecido.

XX – Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos de serviço.

XXI – Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

XXII – Manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos, efetuando manutenção periódica e/ou



substituindo de imediato aqueles que sofrerem danos

XXIII – Apresentar à Fiscalização do Contrato a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma" que serão utilizadas pelos vigilantes nos postos de serviço.

XXIV – Tomar as providências necessárias para que a arma seja utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

XXV – Efetuar a reposição da mão de obra nos postos de serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (*dobra*).

XXVI – Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

XXVII – Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nos postos de serviço das instalações onde houver prestação dos serviços.

XXVIII – Inspecionar, sem ônus para a Contratante, os postos de serviço, no mínimo uma (1) vez por semana, em dias e períodos alternados (diurno 07h/19h e noturno 19h/07h).

XXIX – Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

XXX – Substituir imediatamente, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público.

XXXI – Fornecer à Contratante a relação dos empregados, acompanhada dos documentos que comprovem a capacidade profissional, identidade, idoneidade e atestado de antecedentes civil e criminal dos empregados que vier a utilizar para execução dos serviços.

XXXII – A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

XXXIII – Repor, no prazo máximo de um (1) dia útil, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

XXXIV – Apresentar programa de execução dos serviços e supervisão dos mesmos com o respectivo cronograma, no início das atividades, relatórios mensais, além de outros que vierem a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.

XXXV – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

XXXVI – Estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF** para a assinatura do Contrato, e em situação regular por ocasião de cada pagamento.

XXXVII – No caso da não prorrogação do prazo de vigência do contrato, ou do término deste quando não caiba mais prorrogação, a Contratada "**deverá**", *necessariamente e obrigatoriamente*, apresentar juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) do mês subsequente ao término de sua vigência, "**todos**" os documentos que comprovem o recolhimento e pagamento das obrigações sociais (**GRPS, FGTS, Folha de Pagamento dos**



Funcionários e **SICAF** atualizado), relativo ao mês de dezembro, ou do mês que corresponder ao término da vigência do contrato;

XXXVIII – Comprovar o cumprimento, dentre outras, das seguintes obrigações trabalhistas e sociais:

a) Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, por meio dos seguintes documentos:

a.1) cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (**GFIP**);

a.2) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

a.3) cópia da Guia da Previdência Social (**GPS**), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

a.4) cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo **SEFIP (RE)**;

b) Recolhimento do **FGTS**, referente ao mês anterior, por meio dos seguintes documentos:

b.1) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (**GFIP**);

b.2) Cópia da Guia de Recolhimento do **FGTS (GRF)** com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet

b.3) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo **SEFIP (RE)**.

c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior.

d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível.

e) Pagamento do 13º salário.

f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei.

g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso.

h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem.

i) Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a **RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)** e a **CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)**.

j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.

k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na **CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)** em relação aos empregados vinculados ao contrato.

l) Realização de todas as devidas anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – **CTPS** – conforme a solicitação da fiscalização do contrato.



- m) Utilização de folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST.
- n) Respeito às estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária, entre outras legalmente previstas).
- o) Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- p) Até que ocorra a comprovação do item anterior, a Administração reterá a garantia prestada.
- q) Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após recebida a autorização da Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo do início da sua execução.
- r) Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.
- s) Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato.
- t) Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.
- u) Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da Contratante, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da Contratante através de Guia de Recolhimento da União – GRU no prazo máximo de cinco (5) dias úteis a partir da notificação, garantida previamente ampla defesa e contraditório. Se o valor dos danos não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da garantia e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente. A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos mesmos, no prazo de cinco dias úteis contados do recebimento da notificação.
- v) Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato.
- w) Executar outras atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do contrato.

XXXIX – A não apresentação total de “**todos**” dos documentos exigidos nos incisos **XXXVII** e **XXXVIII** deste anexo, impedirá que a Administração proceda na liberação da garantia apresentada por ocasião da assinatura do contrato, caracterizando o descumprimento **total** de cláusula e/ou obrigação contratual.

XL – Comunicar à Fiscalização do Contrato todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Contratante.

XLI – Assumir o posto de serviço, devidamente uniformizado, com crachá de identificação, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada. Os uniformes serão definidos pelo **Gestor** responsável pela fiscalização do contrato no momento de sua contratação, no que se refere ao tipo de tecido, modelo e cor, “se a contratada não possuir uniforme em seu quadro de pessoal”, a partir da assinatura do contrato, no prazo de entrega será de até quinze (15) dias corridos, **improrrogáveis**, devidamente ajustados, às necessidades do usuário e **deverá ser novo, sem uso, não reaproveitado**, sob pena de ser rejeitado pela fiscalização e a contratada incorrer em inadimplemento contratual. Também no caso de substituição do empregado por qualquer motivo, os uniformes deverão ser entregues, **obrigatoriamente e integralmente**, até a data indicada neste contrato. Sempre que ocorrer a prorrogação da vigência do contrato, os novos uniformes deverão ser entregues em consonância com a nova vigência, **impreterivelmente**, até o último dia útil do mês de março para o período (estação) de inverno, e



até o último dia útil do mês de setembro para o período (*estação*) de verão, *respectivamente e obrigatoriamente*, sob pena das sanções previstas no Edital e seus anexos.

XLII – Comunicar imediatamente à Contratante, bem como ao responsável pelo posto de serviço, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização.

XLIII – Manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número do telefone das Delegacias de Polícia Civil e Federal da Região, do Quartel da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

XLIV – Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto de serviço, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Fiscalização do Contrato, bem como as que entender oportunas.

XLV – Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

XLVI – Controlar a entrada e saída de pessoas fora do horário expediente de trabalho, bem nos feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

XLVII – Controlar a entrada e saída de veículos nas instalações.

XLVIII – Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto de serviço, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações da Contratante e suas imediações.

XLIX – Comunicar à Fiscalização do Contrato todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Contratante.

L – Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

LI – Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto de serviço, comunicando o fato à Fiscalização do Contrato, no caso de desobediência.

LII – Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de serviço e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações da Contratante.

LIII – Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações da Contratante, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração.

LIV – Proibir a utilização do posto de serviço para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

LV – Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Fiscalização do Contrato, verificando as dependências, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.

LVI – Assumir o posto de serviço, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada.



LVII – Registrar e controlar, juntamente com a Fiscalização do Contrato, diariamente, a frequência e a pontualidade dos vigilantes.

LVIII – Registrar formalmente todas as ocorrências do posto de serviço em que estiver prestando seus serviços.

LIX – Determinar que os vigilantes permaneçam no posto de serviço, não devendo se afastarem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

LX – Os vigilantes não poderão se retirar dos prédios ou instalações da Contratada, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato.

LXI – Nenhum volume, objeto ou equipamento pertencente ao patrimônio público poderá ser retirado dos imóveis da Contratada, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, a qual será retida pelo vigilante e encaminhada ao setor competente.

LXII – O vigilante poderá exigir a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, restando os que apresentarem qualquer irregularidade.

LXIII – Ocorrendo desaparecimento de material, bens ou valores, por omissão ou negligência da Contratada, será esta responsabilizada, devendo, no mínimo, arcar com o ônus da reposição do item.

LXIV – Cumprir a programação dos serviços elaborada pela Fiscalização do Contrato, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das dependências, dos servidores e das pessoas em geral.

LXV – Exercer vigilância em todas as áreas internas e externas dos prédios, com rondas de rotina programadas em todas as dependências, vias de acesso, garagem e pátios.

LXVI – Proceder, ao final de cada turno de trabalho, vistoria dos prédios, do ponto de vista de segurança, verificando as portas e janelas, ligando ou desligando chaves de circuitos elétricos e aparelhos em geral e quaisquer outras irregularidades.

LXVII – Zelar pela ordem e boas condições das áreas sob vigilância, controlar o abastecimento dos reservatórios de água do(s) prédio(s), ligar ou desligar automáticos de bombas hidráulicas ou de recalque.

LXVIII – Verificar sistematicamente se as chaves gerais, fusíveis, tomadas, etc., se encontram em perfeito funcionamento e adotar medidas tendentes a evitar incêndios ou a extingui-los.

LXIX – Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros, relativos à segurança do(s) prédio(s).

LXX – Organizar filas, impedindo a entrada de pessoas que se apresentarem de modo inconveniente, orientar o tráfego de pessoas, reprimir os maus usuários do(s) prédio(s), não permitir a ocupação total ou parcial do hall, corredores e outras áreas comuns que deem acesso a extintores de incêndio ou hidrantes.

LXXI – Intervir prontamente, sempre que se verificarem quaisquer incidentes ou desentendimentos nas áreas sob vigilância, interna e externa, nas filas de espera, nos setores de atendimento ao público, etc., durante ou fora do horário normal de expediente.

LXXII – Providenciar o hasteamento e arriamento da Bandeira Nacional nas datas apropriadas, observando o que nesse sentido dispõe a Lei nº 5.700, de 01/09/1971



LXXIII – Fica expressamente “**vedada**” à contratação de pessoas que possuam ou venham a possuir qualquer relação de parentesco com servidor da Administração, em qualquer nível, grau ou afinidade, “**para prestar serviços à Contratante**”, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.203/10, sob pena de rescisão contratual, e responsabilização de quem lhe deu causa.

LXXIV – Comprovação de que a empresa dispõe de sistema de rádio comunicadores, através de estações móveis, fixas e portáteis, devidamente autorizados pela Anatel, em número adequado e/ou suficiente ao atendimento do objeto licitando.

LXXV – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até vinte e cinco por cento (25%) de seu valor inicial atualizado;

LXXVI – Apresentar relação com endereços, nome do responsável, telefones, fax, e-mail ou outro meio, para fins de contato para os chamados de urgência/emergência que se fizerem necessários ou indispensáveis, para evitar a paralisação dos serviços.

LXXVII – Cumprir rigorosamente em sua totalidade, todas as normas legais e infralegais atinentes ao objeto do presente edital.

LXXVIII – A contratada deverá entregar, **obrigatoriamente e integralmente**, até o último dia útil do mês de setembro referente ao período (*estação*) de verão, e até o último dia útil do mês de março referente ao período (*estação*) de inverno, com os devidos ajustes atendendo as características e as necessidades mínimas do usuário, de acordo com a função a ser desempenhada, perfil e biótipo individual de cada um, sob pena de incorrer em inadimplemento de cláusula contratual.

LXXIX – Cumprir a programação dos serviços elaborada pela Fiscalização do Contrato, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das dependências, dos servidores e das pessoas em geral.

LXXX – Deverá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados através de depósito bancário, na conta destes, em agência(s) situada(s) na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

LXXXI – Deverá, no momento da assinatura do contrato, autorizar a contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar o(s) pagamento(s) na(s) conta(s) bancária(s) do(s) salário(s) do(s) trabalhador(es).

LXXXII – Deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

LXXXIII – A inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

LXXXIV – Quando, por quaisquer motivos, o empregado deixar de comparecer ao local de trabalho, outro deverá substituí-lo, **imediatamente**, para evitar a paralisação ou interrupção das atividades e/ou prejuízo para Administração.

LXXXV – Os empregados da contratada que prestam serviços nas dependências da contratante, deverão cumprir rigorosamente e obrigatoriamente, o quantitativo de horas semanais correspondente a cada tipo de serviço/posto/cargo, adequado ao horário de expediente da Administração, ou dentro das necessidades desta, respeitando sempre seu quantitativo.

LXXXVI – Autorizar a Administração a fazer o desconto nas faturas e realizar o(s) pagamento(s), no caso do não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, poderá dar ensejo a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção de declaração de impedimento para licitar e contratar com a UNIÃO, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das demais cominações legais.



LXXXVII – Exauridas todas as possibilidades de substituição dos bens que tenham desaparecidos, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo nessa hipótese, previamente, a apuração do valor de mercado, atualizado, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO TOTAL MENSAL – A Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto do presente Contrato, o preço total mensal de **R\$ 27.449,16** (Vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais dezesseis centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – DO PREÇO TOTAL ESTIMADO PARA DOZE (12) MESES – O preço total estimado deste contrato para o período de sua vigência é de **R\$ 329.390,00** (Trezentos e vinte nove mil, trezentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO – O pagamento mensal deverá ser solicitado ao (a) Senhor (a) Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Acre – **SAMF/AC**, e far-se-á em moeda corrente nacional que serão creditados em nome da Contratada, até o quinto (5º) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, *após o efetivo cumprimento mensal do objeto Contratado*, e após atesto da execução dos serviços ou ocorrência do evento pela fiscalização. Exceção feita ao mês de dezembro, que poderá ser faturado no mesmo mês, desde que seja observado o prazo mínimo de cinco (5) dias úteis entre o recebimento do documento e a data do vencimento, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para o pagamento de Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) com “*código de barras*”, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA MORA – Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargo por mora de até dois (2) dias úteis da data de vencimento, após a emissão tempestiva da ordem bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA – O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato, conforme disposto nos art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da **IN/SLTI/MPOG nº 02/2008** e suas alterações e os seguintes procedimentos:

I – Apresentar mensalmente à Fiscalização, no dia *imediatamente* após a data limite para seu respectivo pagamento, “*todos*” os documentos que comprovem o recolhimento e o pagamento das obrigações sociais e trabalhistas (**GRPS, FGTS, Folha de Pagamento dos Funcionários, CNDT e SICAF** atualizado), que será analisado pelo Gestor do contrato, sob pena de suspensão do pagamento até o cumprimento desta exigência.

II – O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, não deverá ser superior a cinco (5) dias úteis, contados da data de sua apresentação (§ 3º, *inc. III*, art. 36, **IN/SLTI/MPOG nº 02/08** e suas alterações), desde que atendidas “*todas*” as exigências legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DO MEIO DE PAGAMENTO – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO QUARTO – DO VALOR DEVIDO – A critério da Administração, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade exclusiva da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

PARÁGRAFO QUINTO – DOS ENCARGOS MORATÓRIOS – Nos casos de eventuais atrasos no pagamento provocados exclusivamente e comprovadamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data



do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de meio por cento (0,5%) ao mês, ou seis por cento (6%) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas (§ 4º, art. 36 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008):

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad \{I = (TX/100) / 365 = \text{Índice de atualização financeira} = [(6/100)/365] = 0,00016438\}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO SEXTO – DA VERIFICAÇÃO DO SICAF E OUTROS SISTEMAS – Antes de cada pagamento, o fiscal do contrato verificará, obrigatoriamente, a regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da Contratada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, por meio de consulta “on line” ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao respectivo processo de pagamento, bem como:

I – Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pela Justiça do Trabalho;

II – A inexistência de registros impeditivo de contratação, mediante prévia consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, instituído pela Portaria nº 516/2010, do Ministério do Controle e da Transparência, e ao Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa – **CNCIA**, criado pela Resolução nº 44/2007 do Conselho Nacional de Justiça, conforme determina o Acórdão TCU Plenário nº 1.793/2011.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Será ainda verificada por meio de consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais – **CADIN** e, juntado o seu resultado ao respectivo processo de pagamento, nos termos do inciso III do art. 6º c/c art. 8º da Lei nº 10.520/02, devendo o seu resultado ser impresso e juntado ao respectivo processo de pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – DO PAGAMENTO DE MULTAS – A critério da Contratante, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

PARÁGRAFO NONO – Serão retidos na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (**IRPJ**), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (**CSLL**), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (**COFINS**) e a Contribuição para o **PIS/PASEP** sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme **IN/RFB nº 1.234**, de 11.01.2012 e alterações.

PARÁGRAFO DÉCIMO – DA ISENÇÃO DA RETENÇÃO – Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (**SIMPLES NACIONAL**), em relação às suas receitas próprias ou enquadre-se em uma das situações previstas na **IN/RFB nº 1.234**, de 11.01.2012 e alterações. Para efeito do disposto na **IN/RFB nº 1.234**, de 11.01.2012, a licitante vencedora, por ocasião da assinatura do contrato, deverá apresentar declaração, conforme o caso, em duas vias,



assinada por seu representante legal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – DO CNPJ/MF – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, **obrigatoriamente**, com o número de inscrição no **CNPJ/MF** apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como na Nota de Empenho.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - DO DETALHAMENTO – O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela contratada, que *deverá* conter o detalhamento dos serviços prestados/executados, nos termos do art. 36 da **IN/SLTI/MPOG** n° 02/2008.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO – Será admitida repactuação dos contratos com prazo de vigência igual ou superior a doze (12) meses, conforme previsão contida no art. 5° do Decreto n° 2.271/97 e art. 37 da **IN/SLTI/MPOG** n° 02/08, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O interregno mínimo de um (1) ano para a primeira repactuação será contado a partir, data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, assim entendida a data do acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa, observada a periodicidade anual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As repactuações serão precedidas de **solicitação da contratada**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como de documentos e comprovantes idôneos que demonstrem a variação dos custos dos insumos diversos e dos insumos de mão de obra não constantes destes instrumentos.

PARÁGRAFO QUARTO – A contratada deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a Administração, a partir do terceiro (3°) dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos **TCU** n° **1.827/2008** e **1.828/2008**, do Plenário, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso previsto no parágrafo anterior, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO SEXTO – Se a contratada não exercer de forma tempestiva seu direito à repactuação, no prazo estabelecido no § 5° desta cláusula, e, por via de consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a **“preclusão”** do



seu direito a repactuar em relação ao último acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que, comprovado, que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido no § 5º desta cláusula para solicitação de repactuação, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional:

I – O acordo ou convenção coletiva de trabalho não tiver sido depositada até a data da prorrogação Contratual.

II – O acordo ou convenção coletiva de trabalho for depositada, ou procedida à solicitação de repactuação, em data próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação.

III – Qualquer outra situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste Parágrafo, ou que haja interesse da Administração.

PARÁGRAFO OITAVO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa.

PARÁGRAFO NONO – Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

I – Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração.

II – As particularidades do contrato em vigência.

III – O novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa das categorias profissionais.

IV – A nova planilha com a variação dos custos apresentada.

V – Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

VI – A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A decisão sobre o pedido de repactuação será feita no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da solicitação e da entrega de “**todos**” os comprovantes de variação dos custos ou do último documento exigido e recebido pela Administração para tais comprovações.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar “**toda**” a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para



Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DA REJEIÇÃO DO OBJETO – A Contratante reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações do Edital na modalidade de Pregão, seus Anexos e as Cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO – DO ÔNUS DA FISCALIZAÇÃO – Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária (ou crédito orçamentário) para o exercício 2014:

UASG – 170344/SAMF/AC

Fonte: 0100000000

Gestão: 00001

ND: 339037-03

PI: SPOAVIG2000

Do orçamento Geral da União, nos demais exercícios à conta da mesma natureza conforme dotações específicas para cada exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO – DO EMPENHO DA DESPESA – Será emitido em 2014, para atender as despesas deste Contrato, à conta da Dotação Orçamentária de que trata esta Cláusula para o exercício de 2014, e para os exercícios seguintes serão emitidas as Notas de Empenhos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a licitante ou a Contratada estarão sujeitas às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a licitante ou a Contratada estarão sujeitas às seguintes sanções administrativas, garantida prévia e ampla defesa:

I – Advertência.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) De um por cento (1%) sobre o valor correspondente a doze (12) meses do contrato ou período restante por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitado a vinte por cento (20%) do mesmo valor, por ocorrência, independentemente das demais sanções cabíveis.

b) De vinte por cento (20%) sobre o valor mensal do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas outras alíneas deste inciso, e aplicada em dobro na sua reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis.

c) De vinte por cento (20%) do valor mensal do contrato, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer serviço rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa caso a correção ou substituição não se efetivar nos dois (2) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição ou do defeito,



independentemente das demais sanções cabíveis.

d) De vinte por cento (20%) sobre o valor correspondente até doze (12) meses do contrato ou período restante, no caso de não manutenção, no decorrer da execução contratual, das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal (SICAF) e encargos trabalhista (CNDT), após o prazo de dez (10) dias corridos concedido pela Administração, prorrogável por igual período a pedido da contratada e que não culmine em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de outras disposições previstas.

e) De vinte por cento (20%) sobre o valor correspondente até doze (12) meses do contrato ou período restante, no caso do não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção de declaração de impedimento para licitar e contratar com a UNIÃO, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das demais cominações legais.

f) De vinte por cento (20%) sobre o valor correspondente até doze (12) meses do contrato ou do período restante, considerando neste caso, a expectativa frustrada da Administração na prorrogação da vigência do contrato, contados a partir da ocorrência do fato ou da situação que ensejou a aplicação da sanção, no caso de sua rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa exclusiva da Contratada, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

III – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 40 da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco (5) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Incidirá também na sanção prevista no inciso III a licitante que deixar de enviar “*todos*” os documentos necessários à sua habilitação, *via fax ou por meio de correio eletrônico que possibilite e/ou viabilize ao pregoeiro sua verificação*, no prazo de duas (2) horas da solicitação, *quando for o caso*, a nova Proposta de Preços por meio eletrônico, com valores readequados ao lance vencedor, na respectiva fase da sessão do Pregão.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As sanções previstas nos incisos I, II e III acima serão aplicadas pela Superintendente de Administração do ministério da Fazenda no Acre.

PARÁGRAFO QUARTO – No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa do interessado no prazo de cinco (5) dias úteis contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos incisos I e II acima e, de dez (10) dias corridos para o inciso III.

PARÁGRAFO QUINTO – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, a licitante será descadastrada do SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de



crédito da Contratada, o valor devido será descontado da garantia apresentada ou cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As sanções previstas no inciso I e II poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso III desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do presente Contrato, os enunciados constantes dos incisos I a XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO – No caso de rescisão deste contrato, será obedecido o que estabelecem os artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO RITO DA RESCISÃO – Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de cinco (5) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de cinco (5) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES – A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços no montante de até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado do Contrato (*Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93*).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA – Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a Contratada apresentou garantia na modalidade de xxxxxxxxxxxxxxxx da xxxxxxxxxxxxxxxx, no valor de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), que corresponde a cinco por cento (5%) do valor total do período de vigência do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o inciso XIX do art. 19 da IN/SLTI/MPOG nº 03/2009 e suas alterações, a garantia **deverá** ser apresentada com validade de três (3) meses após o término da vigência contratual e ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de quaisquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada **deverá** proceder à respectiva reposição, no prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante, mediante ofício entregue contra recibo ou Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO TERCEIRO – A execução completa do contrato só ocorrerá quando a Contratada comprovar o pagamento de “todas” as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, na contratação.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando da rescisão contratual, o fiscal **deve** verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, a respectiva garantia só será liberada, após a comprovação pela Contratada, do recolhimento de **todas** as obrigações



trabalhistas, sociais e previdenciárias, incluídas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO – Até que a contratada comprove o disposto no parágrafo anterior, a Administração deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até dois (2) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no art. 19-A, inciso IV, IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a Contratada não comprove o recolhimento das obrigações previstas no parágrafo anterior, a garantia poderá ser utilizada para tal fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REGULARIDADE FISCAL – A Contratada encontra-se admitida e/ou habilitada e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA REGULARIDADE TRABALHISTA – A regularidade trabalhista, não constante no **SICAF**, foi verificada por meio de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – **CNDT**, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA CONSULTA AO CEIS E CNCIA – Após prévia consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, instituído pela Portaria nº 516/2010, do Ministério do Controle e da Transparência, e Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa – **CNCIA**, criado pela Resolução nº 44/2007 do Conselho Nacional de Justiça, verificou-se a inexistência de qualquer registro impeditivo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VALIDADE E EFICÁCIA – O presente contrato só terá validade e eficácia, após, respectivamente e sucessivamente, for aprovado pela Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Acre e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União e restando expressamente esclarecido que os efeitos dos atos de aprovação e publicação do contrato uma vez praticados, retroagirão à data de sua celebração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA PUBLICAÇÃO – A publicação resumida deste Contrato e de seus eventuais aditamentos no “*Diário Oficial da União*”, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração, a expensas da Contratada (art. 19, IN/SAG/MEFP nº 1/92, DOU 03.09.92), por meio do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – **SIDEC**, mediante remessa do texto do extrato a ser publicada à Imprensa Nacional, até o quinto (5º) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte (20) dias contados da mencionada remessa, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – RESSARCIMENTO – A Contratada ressarcirá as despesas mencionadas no parágrafo anterior, podendo a Contratante, por iniciativa própria e sem qualquer aviso prévio, abatê-las da(s) Nota(s) Fiscal(is), Fatura(s) ou Documento(s) de Cobrança de valor jurídico equivalente, a ser(em) paga(s) à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO – Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, as partes Contratantes elegem o Foro Federal de Rio Branco, Seção Judiciária do Estado do Acre.



E, por estarem de acordo, e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Instrumento de Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três (3) vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes, e pelas testemunhas abaixo nomeadas, ficando seus autógrafos arquivados em ordem cronológica na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Acre - SAMF/AC, com registro sistemático de seu extrato, conforme dispõe o artigo 60, "caput", da Lei nº 8.666/93.

Rio Branco/AC, 31 de dezembro de 2014

CONTRATANTE:

UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO AC
Francisca Oliveira da Silva

CONTRATADA:

EMPRESA: Inviacre Segurança Ltda Eireli - EPP
Joaz Soares de Oliveira
CPF 219740552-72
SÓCIO

TESTEMUNHAS:

Nome: Geraldo Henrique C. de Carvalho
CPF: 183095772-49

Nome: Maria Raimunda de M. Silva
CPF: 138118432-49

APROVAÇÃO DO CONTRATO

Aprovo o presente "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA" celebrado com a empresa **Inviacre Segurança Ltda Eireli - EPP**, CNPJ nº 07134755/0001-28, no uso das minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 33, inciso I, do Decreto nº: 93.872/86, c/c o disposto no inciso XVIII, art. 88 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 81, de 27.03.2012, Publicada no DOU do dia 30/03/2012, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Rio Branco/AC, 31 de dezembro de 2014.

Andréia Maria Costa Santos
Superintendente de Administração do MF/AC